

“AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA: TECENDO A HISTÓRIA DA AÇÃO DA REDE EM BELO HORIZONTE-MG”

Liliam Telles¹

RESUMO

A partir da década de 80, com a abertura do regime político e a democratização do país, organizações não-governamentais e movimentos sociais iniciaram um processo de luta pela conquista de direitos e cidadania. O questionamento ao modelo de produção agrícola, fortemente influenciado pela chamada “Revolução Verde”, aliado à luta pela reforma agrária eram, naquele período, as principais questões colocadas em pauta pelo movimento da agricultura alternativa, atualmente denominado movimento agroecológico. Influenciada pelas discussões sobre a Agenda 21 e por uma série de questões trazidas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), iniciou uma parceria com o poder público local para a implementação de um projeto de desenvolvimento e meio ambiente no município de Belo Horizonte. A partir desta iniciativa uma série de processos de formação com forte viés na abordagem da segurança alimentar e agricultura urbana, junto às comunidades de baixa renda nas regiões Leste e Nordeste do município, foram implementados ao longo de 10 anos de atuação da Rede. O presente estudo tem como objetivo “Identificar procedimentos metodológicos inovadores nas estratégias de formação adotadas pela Rede, que permitam contribuir com o aprendizado coletivo das organizações que atuam no campo agroecológico no Brasil”. Para isso são descritos os processos de formação identificados ao longo da trajetória histórica de atuação da Rede e identificadas algumas limitações e inovações desenvolvidas, bem como as lições aprendidas pela instituição, na implementação de projetos de desenvolvimento junto às comunidades de baixa renda em Belo Horizonte/MG.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura Urbana, Metodologias Participativas, Segurança Alimentar, Gênero.

¹ Engenheira Florestal (UFLA) Espec. Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (UnB / CDS).

ABSTRACT

Since the 80's, with the opening of the politic regime and the country democratization, nongovernmental organizations and social movements began a process of fighting for citizenship and other rights. The questioning to the agriculturist model, strongly influenced by the "Green Revolution" model ally to the fight for the agrarian reform, were in that period the main questions brought into the open by the alternative agriculture movement, currently called Agroecologic movement. Influenced by discussions about the Agenda 21, and by a series of questions brought up by the United Nation Conference about Environment and Development, the ECO-92, the Alternative Technologies Interchange Net (Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – Rede), began a partnership with the local government to implement a project of development and Environment in Belo Horizonte. This initiative introduced several educational processes that deals with urban agriculture and food security to low income northeast and east communities, in Belo Horizonte. This research intends to "Identify methodologic procedures able to innovate the educational strategies adopted by the Net (Rede), that contributes to the collective knowlegde of the organizations that perform at the Brazilian Agroecologic field. Therefore educational processes identified during the historical trajectory of the Net (Rede) are described, and some limitations and innovations developed were identified, as well as the lessons learned by the intitution, during the implementation of development projects with the low income northeast and east Belo Horizonte/MG communities.

Key words: Agroecology, Urban Agriculture, Knowledge Construction, Educacional Methodologies, Food Security, Gender.

INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais, cerca de oito organizações têm investido num processo de sistematização de suas experiências metodológicas, apoiadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como parte da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)(MDA, 2004).

O presente trabalho, que se constitui como parte do processo de reflexão em Minas Gerais, se debruçará sobre as experiências de formação no campo da agricultura urbana (AU) desenvolvida pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), uma organização não-governamental que atua na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). No caso da Rede, a abordagem da agricultura urbana mais se aproxima do conceito adotado em Cuba, sugerido por Companioni et al.[2001], para o qual ela tem um claro sentido de sustentabilidade, por ser uma agricultura participativa e popular, pelo envolvimento multi-atorial, pela grande diversidade de situações e inovações associadas e pela baixa quantidade de insumos externos necessários à sua adoção.

O método de estudo escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi o Estudo de Caso, com amostragem não probabilística por julgamento (ALENCAR, 1999). Após a definição do objeto de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a coleta dos dados secundários a partir de uma análise documental e, desenhado um roteiro de informações para ser aplicado através de “entrevistas semi-estruturadas” junto aos informantes-chave². Estes procedimentos, aliados à técnica da “Triangulação” (Triviños, 1987), possibilitaram a coleta e confirmação dos dados.

² Pessoas que compuseram a coordenação institucional e equipe técnica da Rede ao longo de sua trajetória histórica.

1- A CRÍTICA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E A CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DA REDE

Há milênios na história da humanidade, o conhecimento sobre o manejo dos agroecossistemas se desenvolveu e foi aprimorado com base na diversidade de recursos disponíveis, mediados a partir de uma herança cultural. Mesmo as sociedades mais ortodoxas, fechadas à interação cultural, por diversos mecanismos sociais, intercambiaram e se apropriaram das inovações geradas em distintos contextos socioambientais. A produção do conhecimento e, portanto, as inovações decorrentes dele, guardaram ao longo da história um forte vínculo com a cultura e os recursos ambientais disponíveis, de modo a garantir a reprodução dos modos de vida das diferentes sociedades.

Após a Segunda Guerra Mundial, e especialmente a partir dos anos 60, um novo paradigma técnico - e também científico - se irradia com o advento da Revolução Verde³. A complexidade da produção tecnológica endógena dá lugar à simplificação e à homogeneização. A gestão do conhecimento sofre um crescente distanciamento da realidade sócio-cultural e política em que as diferentes comunidades estão inseridas, através da introdução do controle centralizado e da perda da autonomia em relação à organização das safras, como demonstra Shiva (2003).

Neste processo, o conhecimento científico, ao ser considerado superior ao conhecimento endógeno das comunidades locais, desvaloriza as estratégias de produção e reprodução das diferentes culturas, tornando suas alternativas invisíveis perante a superioridade das novas tecnologias de produção geradas pelo saber dominante. Esta sacralização da ciência e a mitificação das tecnologias baseadas na químico-mecanização, tornou-se censo comum na sociedade ocidental, como comenta Morin (2004).

Através da formação universitária e dos programas de extensão rural, irradia-se no país a substituição das alternativas - geradas pelas diferentes culturas em interação com os distintos agroecossistemas - pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, através das políticas multilaterais para o desenvolvimento dos países de "terceiro mundo". Na contramão deste processo, o início da década de 80 no Brasil, foi marcado pela ascensão dos movimentos sociais, em particular das lutas pela redemocratização do país, mas também pelas lutas em torno dos direitos e conquistas sociais.

1.1- A RESISTÊNCIA À REVOLUÇÃO VERDE E O RE-ENCONTRO COM O CONHECIMENTO TRADICIONAL

Foi neste contexto de rearticulação dos movimentos sociais e das contradições das políticas agrárias e agrícolas, através das quais se acentuava a modernização da agricultura, a concentração da terra, o êxodo rural e a violência no campo, que começaram a surgir organizações não-

³ Ideário produtivo cuja meta era o aumento da produtividade e da produção nas atividades agropecuárias. Apoiava-se no uso intensivo de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas e com alto rendimento além da expansão dos sistemas de irrigação com intensa mecanização das ações produtivas.

governamentais e entidades de apoio e assessoria aos movimentos de trabalhadores rurais. Este conjunto de atores sociais e políticos, buscou contrapor o modelo de desenvolvimento alicerçado na modernização da agricultura, através da identificação e mapeamento de “tecnologias alternativas”, proporcionado pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), com sede no Rio de Janeiro.

Em 1989, a partir da reestruturação do PTA/FASE, foi criada a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, como uma associação civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo PTA em Minas Gerais. Esta concepção de trabalho alicerçada no uso e multiplicação das tecnologias alternativas, com o passar dos anos, evoluiu para o conceito de agroecologia⁴.

1.2 – A ORIGEM HISTÓRICA DOS CEVAEs E O TRABALHO URBANO NO CONTEXTO DA REDE

O início da década de 90 foi também muito influenciado pelas reflexões promovidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92. No âmbito das discussões da Agenda 21, ficou evidenciada a importância do meio urbano para o tratamento das questões ambientais, uma vez que o êxodo rural figurava entre um dos resultados da política de modernização da agricultura.

Ainda durante a ECO 92, João Bosco Senra, então Secretário Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, fez contatos com representantes do Fundo Life da Organização das Nações Unidas (ONU) para investir em políticas ambientais para o meio urbano. Neste contexto, a Rede é convidada a ser a entidade parceira do programa governamental para a criação dos Centros de Vivência Agroecológica - os CEVAEs – no município de Belo Horizonte, em função de sua experiência com a adoção de metodologias participativas e do enfoque agroecológico. Os CEVAEs eram então considerados:

“[...] um espaço privilegiado para mobilizar, apoiar e capacitar os moradores, organizações locais para o desenvolvimento de atividades que promovam a melhoria das condições alimentares e ambientais das populações de baixa renda, como também a promoção de atividades de geração de renda, o intercâmbio e a troca de experiências entre as comunidades do meio urbano e rural, visando à otimização de suas atividades (mercado solidário).”⁵

Para alcançar estes objetivos, previa-se uma série de processos de capacitação envolvendo um

⁴ Para efeito deste texto, será utilizado o conceito elaborado por Eduardo Sevilla Guzmán, citado por Costabeber (2004), que mais se aproxima do campo nocional do conceito de agroecologia no entendimento da Rede atualmente. Para estes dois autores, a agroecologia constitui o campo do conhecimento que articula o manejo ecológico dos recursos naturais aos aspectos sociais, econômicos e políticos, através de propostas de desenvolvimento participativo desde o campo da produção até a circulação alternativa de seus produtos, de tal maneira que contribuam para encarar a crise ecológica e social atual.

⁵ Projeto Centro de Vivência Agroecológica. Não foi possível identificar o ano em que o referido documento foi elaborado.

amplo leque de temas como, por exemplo, alimentação alternativa, educação ambiental, agricultura orgânica, coleta seletiva e reciclagem de lixo, implantação de hortas comunitárias, produção de mudas nativas e frutíferas, recuperação de encostas, formação de áreas verdes, quintais e outros temas de interesse da comunidade envolvida.

1.3 – CONHECENDO AS ÁREAS DE AÇÃO DOS CEVAES

Em função de uma série de dificuldades, não foi possível caracterizar todos os bairros envolvidos na proposta mas, apenas aqueles da região leste e nordeste, em que a Rede mantém sua atuação. Resta portanto, uma lacuna na descrição do bairro Morro das Pedras, onde foi implementado um CEVAE, e que não será possível incluí-la detalhadamente neste documento.

1.3.1 – A região leste de Belo Horizonte

As primeiras ações aconteceram no bairro Taquaril no ano de 1996 que, juntamente com os bairros Granja de Freitas e Alto Vera Cruz estão localizados na região leste de Belo Horizonte. Segundo Andrade (2006), há 30 anos a população destes bairros não ultrapassava cinco mil habitantes. Hoje, são cerca de cinquenta mil moradores, vivendo em condições precárias e nem sempre adequadas para a habitação.

A partir dos anos de 1960, com a intensificação do processo de urbanização, escolas, creches, centros de saúde, o sistema de transporte coletivo, entre outras melhorias, foram ocorrendo nestes bairros. O bairro Granja de Freitas é o mais antigo e o que guarda mais características do meio rural, em comparação com as três comunidades, com cerca de setenta anos de existência. Atualmente, em algumas casas que ainda dispõem de quintais, estes normalmente não ultrapassam cinco metros quadrados.

O bairro Alto Vera Cruz também foi ocupado sem qualquer infra-estrutura inicial. Antes da formação do bairro, segundo Andrade (2006), existiam ali algumas fazendas que, em parte, foram vendidas para a COMITECO – Companhia Mineira de Terrenos, que repassou uma parte para a FERROBEL – Ferro Belo Horizonte S/A. Esta última havia se comprometido com a Prefeitura Municipal de urbanizar a área e troca da exploração do minério, o que nunca ocorreu, deixando um terreno degradado e sem vegetação.

No final da década de 1980, o Alto Vera Cruz contava com uma organização comunitária significativa e, nesse período, há um aumento da demanda por moradias. Neste contexto inicia-se o processo de ocupação do bairro Taquaril, liderado pelo “Movimento dos Sem Casa” no ano de 1987. Atualmente, como o bairro é situado acima do Alto Vera Cruz, em terrenos com alta declividade, tem sofrido na época das chuvas com os freqüentes deslizamentos de terra.

1.3.2 – A região nordeste de Belo Horizonte

Os bairros Capitão Eduardo e Beija-flor fazem divisa com os municípios de Sabará e Santa Luzia. A população destes dois bairros é de aproximadamente sete mil habitantes, segundo

Andrade (2006). Esta área ocupada atualmente foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a construção de um aterro sanitário para o município.

O bairro Beija-flor surgiu a partir de um chacreamento clandestino de uma fazenda ainda durante a década de 1970. Em 1988, o “Movimento dos sem Casa” pressionou a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a destinação das áreas irregulares para moradia popular que, posteriormente, foram divididas em dois segmentos – o bairro Capitão Eduardo e Beija-flor.

1.4 – OS CEVAES PASSO A PASSO

A metodologia utilizada para a implementação dos CEVAEs teve como base inspiradora a experiência institucional da Rede com comunidades rurais. Teve como princípio básico o uso de metodologias participativas em todas as etapas do processo, colocando a comunidade como agente ativo no processo do seu autodesenvolvimento. Era composta por quatro etapas: a) Sensibilização; b) Diagnóstico Participativo; c) Planejamento Participativo; d) Realização das atividades.

1.4.1 – A sensibilização como forma de aproximação da comunidade

Na etapa de sensibilização, era feito um levantamento e a identificação de todas as organizações comunitárias, formais e informais, bem como os órgãos do governo que desenvolviam ação direta em cada uma das comunidades. Nos bairros, Alto Vera Cruz e Taquaril, havia a demanda de capacitar os jovens e adolescentes no cultivo de hortas e jardinagem e, posteriormente, foi então implementado o primeiro CEVAE, no bairro Taquaril.

Segundo um informante, houve uma ampla participação das mulheres nas comunidades, em todas as etapas da implementação dos CEVAEs, mas apesar disso, havia pouco acúmulo institucional naquele momento para garantir um tratamento adequado a este cenário. Isso impossibilitou a Rede de realizar reflexões mais qualificadas de suas estratégias de intervenção metodológicas, incorporando a abordagem de gênero⁶.

1.4.2 – A metodologia de diagnóstico e o princípio de “conhecer para intervir”

Os diagnósticos, que tinham um caráter mais exploratório, tinham como objetivo construir a proposta de ação do CEVAE a partir das demandas locais. Nesta etapa foi levantada a história das comunidades e pessoas, a sua relação com o conhecimento sobre as plantas e seu uso. Segundo um entrevistado, percebeu-se através dos diagnósticos que a organização comunitária era bastante vinculada à origem cultural e à suas diferentes lógicas, herdadas historicamente e adaptadas ao contexto urbano. Com a realização dos diagnósticos e o processo de adaptação da metodologia do DRPA (Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas), muitas inovações foram produzidas, a partir da referência do Rapid Rural Appraisal, desenvolvido fora do Brasil e trazido por meio de técnicos da Rede PTA.

⁶ Segundo Luz et al. (2003), o conceito gênero refere-se a um sistema de papéis atribuídos a homens e mulheres, determinados pelo contexto social, político e econômico e não pela biologia ou anatomia e é utilizado para expressar estas relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente construídas. (p. 104)

A perspectiva de promover a participação e o protagonismo das comunidades, na proposição e gestão de políticas públicas tornou-se um conflito entre os interesses da Rede e da prefeitura municipal de BH. Como relatou um dos entrevistados, havia uma intenção da Rede de construir processos sociais com a participação das comunidades, mas uma deficiência na leitura política do cenário com a prefeitura. Com o tempo, de acordo com um dos entrevistados, a partir da implementação das ações nos CEVAEs, percebeu-se o arcabouço de questões que envolviam as estratégias políticas em torno desta proposta.

A prefeitura não abria as suas estratégias políticas e isso era agravado pela intensa rotação de pessoas que assumiram as diferentes secretarias durante o período de implantação dos CEVAEs, especialmente a Secretaria do Meio Ambiente. E neste aspecto os diagnósticos realizados com a ampla participação e envolvimento de pessoas das comunidades, foi um acerto na estratégia institucional da Rede, dada a sua intenção de construir um processo de gestão dos CEVAEs compartilhada com os grupos, de modo que eles se apropriassem da proposta e passassem a interagir de maneira pró-ativa com as outras organizações com atuação local.

1.4.3 – Os processos de planejamento participativos e a escassez de informações

Esta é a etapa que resultou na transformação do conhecimento acumulado sobre as comunidades em ações práticas, planejadas participativamente, mas que produziu uma riqueza de informações que não foram sistematizadas. Como, aparentemente, a Rede não produzia nenhum outro documento de registro e reflexão institucional, além dos relatórios mensais, perdeu-se muito sobre a história e os aprendizados produzidos pela equipe técnica neste período.

A partir dos diagnósticos, era construído o planejamento de ações e, normalmente, este tinha um forte enfoque de formação já que era um dos eixos sobre o qual se trabalhava o planejamento.

2-A REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA E AS INOVAÇÕES METODOLÓGICAS NA REDE

No ano de 2000, houve um processo de planejamento da Rede Local de Desenvolvimento, na região Leste de BH. Neste processo foram utilizadas várias técnicas para promover a discussão dos grupos, algumas adaptadas da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo como a Caminhada transversal ou Travessia, o Diagrama de Venn, Mapa da Comunidade, entre outras. No seio destas discussões foi feita uma avaliação do trabalho dos CEVAEs, que era a referência ou o ponto de partida para a construção das Redes Locais.

Neste processo de planejamento, houve algumas inovações a partir da conjugação de duas ou mais técnicas do DRP como, por exemplo, a transposição do Diagrama de Venn ou dança das bolas como era chamada, para o mapa da comunidade para identificar os territórios existentes nas

comunidades, onde havia a atuação de uma ou mais organizações da Rede Local. Foram, então, identificados os núcleos de atuação da Rede Local, e construídos os Mapas por núcleos para definição dos territórios de atuação das organizações, ou seja, quantas ruas, quantos becos seriam envolvidos neste processo de planejamento de ações em cada núcleo?

Este processo acompanhou uma série de análises feitas pelas entidades, a respeito das dificuldades metodológicas encontradas para o trabalho comunitário e sobre o trabalho dos CEVAEs. A partir disso, iniciou-se a construção de um projeto que permitisse a implementação de um processo de formação contínuo que estimulasse a organização comunitária. Na perspectiva de superar algumas das limitações identificadas nos CEVAEs, este projeto previa a realização de um processo de formação com enfoque de gênero, e com duração de três anos aproximadamente, dividido em 3 fases: a) seleção dos participantes; b) realização do processo de formação; c) multiplicação. Segundo uma das entrevistadas, falava-se que a forma de trabalho nos CEVAEs não deu conta de identificar e fortalecer novas lideranças e, no bojo destas discussões entre os anos de 2000 e 2001, nasce então, a proposta de trabalho das educadoras comunitárias.

2.1 - A FORMAÇÃO DE EDUCADORAS COMUNITÁRIAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ÁREAS URBANAS

A primeira etapa do processo de formação aconteceu com a seleção das participantes e foi realizado um esforço para a identificação e envolvimento de homens, já que a presença das mulheres, normalmente “donas de casa”, sempre foi majoritária nas atividades no meio urbano. A segunda etapa foi a realização do curso em três módulos temáticos, que duravam aproximadamente dois ou três meses. O primeiro módulo tratou da relação entre saúde e doença; e o segundo módulo sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para o trabalho neste módulo foram adaptadas várias técnicas do DRP como o Fluxograma, Rotina Diária, Linha do Tempo dos hábitos alimentares, etc. Além disso, foi trabalhada a relação ou os vínculos entre as práticas nas roças e nos quintais urbanos, a mudança nos hábitos alimentares, no papel de mulheres e homens quando mudaram para o meio urbano.

O terceiro módulo foi sobre o tema “medicina caseira” e, como estava em processo de finalização da pesquisa popular de plantas medicinais, optou-se por convidar a equipe da pesquisa para coordenar este módulo com a assessoria metodológica e técnica da Rede.

Ao final do curso foram feitas algumas oficinas para avaliar o processo “fazendo um balanço final, do que tinha mudado dentro delas (das participantes)”, entre outras coisas, e levantando propostas de como se daria a continuidade do projeto, as estratégias de trabalho nos núcleos e o processo de multiplicação dos aprendizados do “curso”. Iniciaram a elaboração do plano educativo, que seria a terceira etapa do projeto, iniciando-se no ano de 2001.

2.2 – O DUP COMO FERRAMENTA PARA CONHECER A REALIDADE LOCAL

No plano educativo estavam previstas as ações e estratégias para se colocar em prática o conteúdo do curso e, como sua primeira etapa, previa a realização de um diagnóstico temático, denominado Diagnóstico Urbano Participativo (DUP). O DUP, realizado em 2002, orientava-se em três eixos centrais para o levantamento de informações: a) a incorporação da abordagem de gênero; b) a segurança alimentar e nutricional; c) a agricultura urbana.

Assemelhando-se ao procedimento metodológico adotado nos CEVAEs, após o DUP foram realizadas a devolução das informações levantadas à comunidade e a elaboração de um plano de ação. Segundo Weitzmann (2005), através do DUP “percebeu-se que a maioria dos moradores incorporava uma quantidade pequena de frutos, verduras e legumes em sua dieta e não tinham costume de aproveitar integralmente os alimentos na hora de preparar a comida”. O planejamento foi construído a partir dos problemas e potencialidades identificados pelo DUP e tratados em oficinas realizadas nos núcleos pelas educadoras, agentes de saúde e representantes de entidades parceiras.

2.2.1. O início da articulação entre as ações desenvolvidas nas regiões leste e nordeste de Belo Horizonte

Neste mesmo período estavam ocorrendo algumas ações na região Nordeste, no CEVAE Capitão Eduardo. No bojo deste processo e, à luz das experiências desenvolvidas na região Leste, foi construída uma proposta de realização de um DUP na região Nordeste, especificamente nos bairros Capitão Eduardo e Beija-flor.

A partir da experiência da realização do DUP na região Leste, foram propostas mudanças na metodologia utilizada, incorporando entrevistas estruturadas ou questionários, além das técnicas de coleta de informações em grupo geralmente utilizadas.

3-O PROJETO COLETIVO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORAS COMUNITÁRIAS EM AU E SAN

Este processo contribuiu para reforçar a identidade de educadoras nas duas regiões e, a partir daí, iniciaram a elaboração de um “Projeto Coletivo”. Pensou-se inicialmente num projeto para três anos, em que seriam atendidas dez famílias por núcleo, totalizando sessenta famílias que foram selecionadas durante a realização do DUP.

Na região Nordeste as educadoras selecionadas não haviam passado por um processo de formação estruturado, como ocorreu na região Leste. Apesar disso, o grupo que estava pensando o projeto coletivo achou possível formar as educadoras da região Nordeste a partir da prática, pois

mesmo as educadoras da região Leste que já tinham mais experiência, ainda sentiam dificuldades para implementar as ações educativas sem a presença dos técnicos, demonstrando certa insegurança em relação ao trabalho. A idéia era permitir a cada uma “vivenciar o papel de educadoras para [...] inclusive se formar” conta uma das informantes.

Ao longo do projeto, o processo de formação das educadoras se deu de duas maneiras: a) na preparação das oficinas que eram realizadas com as famílias selecionadas; e b) na execução das oficinas. As oficinas foram implementadas em dois módulos, sendo o primeiro sobre o tema da “Agricultura Urbana” e o segundo sobre os temas de “Segurança Alimentar e Plantas Medicinais”, com duração de aproximadamente seis meses cada um. O primeiro módulo aconteceu no segundo semestre do ano de 2003 e abordava atividades relacionadas ao plantio. Já o segundo módulo aconteceu no primeiro semestre do ano de 2004, quando parte dos alimentos plantados no semestre anterior já estava no período de colheita.

A idéia inicial era realizar um projeto para três anos que incorporasse mais famílias e educadoras a cada ano, mas segundo uma das informantes, alguns aspectos importantes não foram considerados: o que seria feito com as famílias que já haviam sido formadas? como se daria a interação entre as novas famílias incorporadas e as famílias que já “estavam na frente” no processo de formação?

Diante destas interrogações, ao final do primeiro ano foi realizada uma avaliação com as educadoras sobre a necessidade de aprofundar e fortalecer o trabalho desenvolvido por elas, pensando numa forma de sustentabilidade do mesmo. Esta questão da sustentabilidade permeou as discussões em torno do programa de formação desde o início de sua concepção, já que, as educadoras recebiam “bolsas de aprendizado” apenas pelo tempo em que estivessem participando desta nova fase de formação. O que seria feito após o término das bolsas de aprendizado? Como se sustentaria o trabalho comunitário desenvolvido pelas educadoras após a conclusão do projeto? Estas e outras questões ainda merecem atenção da entidade, nos dias atuais.

Como desdobramento deste processo, foi criado o Grupo Comunitário de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar, denominado Grupo CAUSA, com a finalidade de garantir a sustentabilidade para a continuidade do trabalho após o término do projeto e, conseqüentemente, das bolsas de aprendizado que mantinham o trabalho das educadoras comunitárias. Atualmente, este grupo tem realizado assessorias a outras organizações nos temas de agricultura urbana, segurança alimentar, plantas medicinais e geração de renda orientada pelos princípios da economia solidária.

Com o trabalho desenvolvido pelas educadoras e a partir de ações de articulação desenvolvidas pela Rede, foi possível ampliar sua área de atuação para um nível regional. Inicia-se então, mais uma fase na história institucional.

4-LIÇÕES APRENDIDAS À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS EM ÁREAS URBANAS

De acordo com a maioria dos entrevistados, o posicionamento político da Rede de passar a intervir no meio urbano foi, por si só, uma questão inovadora para o conjunto de entidades com quem a Rede mantinha relações de parceria no Brasil. A experiência no meio urbano evidenciou várias diferenças entre as comunidades rurais e urbanas como, por exemplo, a organização comunitária muito complexa devido à grande quantidade e diversidade de entidades e grupos comunitários organizados formal ou informalmente. Além disso, no meio urbano, muitas pessoas trabalham em horários alternados (dia e noite) dificultando a realização de momentos coletivos para levantamento de informações. Isso implica no aumento do tempo necessário para o levantamento da realidade das comunidades urbanas em relação ao rural, por isso, a metodologia do DUP não se propõe a ser rápida, como no caso do DRPA.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela Rede, muitas inovações foram produzidas como no caso da adaptação da metodologia de DRPA para a realidade do meio urbano, dando origem a metodologia de levantamento de realidade denominada Diagnóstico Urbano Participativo (DUP). Contudo, como este processo não foi sistematizado pela Rede, não há nenhuma publicação de referência sobre esta metodologia, demonstrando a baixa capacidade institucional de transformar o acúmulo de experiências a partir de sua prática, na produção de conhecimento e socialização do mesmo.

De acordo com os relatos, o pouco investimento na sistematização dos processos institucionais ocorreu desde o início da atuação da Rede e, as poucas iniciativas empenhadas, vinham quase sempre de fora, por meio das universidades principalmente, ou induzidas por processos externos como a avaliação institucional realizada em 1997 pela Rede PTA.

No período dos CEVAEs, o processo muito fragmentado de negociações anuais do convênio com a prefeitura municipal de Belo Horizonte, as diferenças de concepção da equipe técnica em relação ao desenvolvimento das ações e a renovação da equipe técnica após o rompimento do convênio com a prefeitura, influenciaram sobremaneira na capacidade de reflexão institucional.

Outro aspecto importante destacado no aprendizado institucional foi o de perceber que, nas comunidades urbanas, a presença de mulheres nas atividades realizadas é maior em comparação com o meio rural. Esta característica evidencia a necessidade do tratamento da abordagem de gênero como elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho em comunidades urbanas. De acordo com um dos entrevistados, “[...] a situação da mulher urbana é pior que no meio rural” pois muitas famílias são monoparentais, implicando na sobrecarga da mulher para prover economicamente a família. Desta maneira, o cuidado com a família acaba sendo colocado em segundo plano e, como não conseguem dar o suporte familiar aos filhos, vêem a violência urbana

envolvê-los com as drogas e com a criminalidade.

Segundo um informante, “era uma prática valorizar a construção da comunidade” e, assim, os CEVAEs abriam possibilidades de participação da mulher em todos os processos. Apesar de, no período dos CEVAEs, várias discussões internas na Rede sobre as relações sociais de gênero acontecerem, como era um tema transversal, não eram implementadas atividades específicas para as mulheres. A incorporação do enfoque de gênero, aos poucos se tornou um compromisso político da Rede e, já na avaliação institucional de 1997⁷, uma das recomendações era a seguinte:

“Face ao papel desempenhado até agora pela entidade na incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável e dos princípios da agroecologia junto à vários parceiros, e constatando também que a entidade trouxe para si mais recentemente a preocupação relativa à participação das mulheres, sugerimos que busque incorporar a abordagem de gênero em seus trabalhos, estabelecendo elos com o conceito de desenvolvimento sustentável. (p. 27)”⁸

A implementação das estratégias de formação decorrentes do trabalho dos CEVAEs, demonstrou o esforço institucional para a incorporação do enfoque de gênero. Finalmente, esta é uma questão sobre a qual a Rede deve se debruçar, buscando mais elementos que orientem e qualifiquem a sua intervenção no meio urbano, dada a importância da participação da mulher na agricultura urbana e no cuidado com a segurança alimentar das famílias. Desta maneira, conhecer sobre o universo feminino torna-se uma das condições necessárias e fundamentais para definir ou reorientar estratégias institucionais adequadas a este público, visando garantir a promoção da igualdade e da equidade de gênero através de suas ações.

⁷ Avaliação realizada por Maria Emília L. Pacheco e Irene Cardoso, no ano de 1997 e acompanhada por Eugênio Ferrari, membro de uma organização parceira, como parte do processo de avaliação da Rede PTA.

⁸ Relatório final de avaliação institucional elaborado por Maria Emília L. Pacheco e Irene Cardoso.

CONCLUSÃO

Inicialmente, é preciso esclarecer que este trabalho não tem como pretensão extrair conclusões a respeito das informações levantadas. Esta pode ser considerada mais uma tentativa de entender a história institucional da Rede em sua trajetória de intervenção em áreas urbanas, identificando algumas de suas lições apreendidas. É certo que, com o esforço da produção desta monografia, apenas alguns poucos retalhos da história foram resgatados, restando muito ainda para o entendimento de toda a complexidade que foi e é a intervenção metodológica da Rede em áreas urbanas.

A ausência de uma cultura institucional de reflexão sobre a sua intervenção metodológica, a partir de processos de sistematização, gerou uma pequena capacidade de reorientar ou reforçar estratégias institucionais para o alcance de objetivos estabelecidos para os períodos de planejamento trienal na Rede. Neste sentido, com a aproximação do aniversário de 20 anos da Rede, o investimento de esforços no resgate da história institucional é fundamental para dar sentido às ações e possibilitar as reflexões sobre o atual cenário político em que as ações da Rede estão inseridas, de modo a promover uma avaliação sobre o seu papel na promoção da agroecologia e do desenvolvimento local sustentável no meio urbano.

A Rede tem, portanto, um papel fundamental na promoção pública deste debate. Por ser um tema novo para as Ongs que atuam na promoção da agroecologia e para os gestores públicos, a prática da agricultura urbana ainda não tem o devido reconhecimento como atividade promotora da segurança alimentar, da conservação da biodiversidade e da agroecologia. Ao não ser reconhecida, tanto a atividade da agricultura urbana quanto seu público – com destaque para as mulheres, tornam-se invisíveis às políticas públicas no país.

Neste sentido, é fundamental que a Rede se debruce a conhecer mais sobre o universo feminino com o qual trabalha de modo a compreender as questões colocadas por este público, relacionadas às práticas da agricultura urbana.

Sistematizar as suas experiências metodológicas e extrair as lições apreendidas neste processo certamente levantará questões para aprofundamento, alimentando o processo de coleta e análise de informações para subsidiar a reflexão institucional e promover a geração de novos conhecimentos.

Os programas de formação re-visitados neste estudo demonstram uma série de aprendizados metodológicos que, aparentemente como citado acima, não se tornaram objetos de acúmulo institucional. Como se lidou com os conflitos políticos entre poder público local, a Rede e as comunidades na implementação dos CEVAEs? Como transformar este “projeto piloto” num programa de governo ou política pública que possa ser implementada em escalas maiores? Quais

os resultados de impacto dos programas de formação que a entidade pode comunicar à sociedade? Como lidar com a realidade do desemprego e a questão da remuneração do trabalho comunitário? Quais as estratégias para ampliar o público atendido pelo trabalho das educadoras? Quais as metodologias utilizadas para promover a reflexão sobre gênero com o público envolvido nos processos de formação? Como se lidou com os conflitos trazidos pela abordagem deste tema? Quais os vínculos estabelecidos entre a agricultura urbana, a segurança alimentar e a agroecologia?

Estas e outras questões poderiam ser incorporadas na reflexão sobre o papel social da Rede, no contexto político recente no Brasil. Produzir conhecimento a partir da prática institucional e elaborar argumentos políticos para influenciar os espaços de articulação e as políticas públicas e programas de governo, certamente é parte de sua função social e deve ser perseguido pela Rede, para cumprir sua missão institucional e contribuir com a promoção da agroecologia e da justiça social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Agricultura urbana e segurança alimentar: aprendendo com as experiências da Rede**. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2006. 17 p. (no prelo).

ALENCAR, Edgar. **Introdução à Metodologia de Pesquisa Social**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.

ANDRADE, Simone Maria Furtado de. **Estudo de caso dos quintais dos bairros Alto Vera Cruz, Taquaril, Granja de Freitas, Capitão Eduardo e Beija-flor**. UFMG, 2005. 85 p.

CANUTO, João Carlos; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR; Pebtas: EMBRAPA Clima Temperado, 2004. 262p.

COMPANIONI, Nelso; et al. **La Agricultura Urbana em Cuba. Avance de la Agricultura Sostenible**. ACTAF. Cuba, 5p. 2001.

GADELHA, Edmar. **Trajetória da Rede em 10 anos**. Revista Desenvolvimento Sustentado. Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Belo Horizonte, MG. 24 p., 1996.

LUZ, Cláudia et al. **Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo**. In: Informe Agropecuário: Agroecologia. EPAMIG. Belo Horizonte, MG.v.24. n.220.112p. 2003.

MELO, Ana Paula Gomes de. **Agricultura Familiar e Economia Solidária: As Experiências em Gestão de Bens Comuns e Inserções nos Mercados por Organizações Rurais no Estado de Minas Gerais**. 2005. 136p. Dissertação(Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004. 26 p. (Versão Final)

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. In: Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 76 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da**

biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VON DER WEID, Jean Marc. **Roteiro do DRPA: diagnóstico rápido participativo de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 33 p.

WEITZMAN, Rodica. **Construção participativa de um modelo de formação de educadores(as) comunitários(as) em segurança alimentar e nutricional**. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. 2005. 15 p. (no prelo).